VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

A DINASTIA DE AVIS E O "DISCURSO DO PAÇO": UMA ANÁLISE DA CRÔNICA DE EL-REI D. JOÃO I, DA BOA MEMÓRIA

Josena Nascimento Lima Ribeiro*

Adriana Maria de Souza Zierer (Orientador)**

É importante ressaltar que a criação de expectativas messiânicas e milenaristas atribuídas aos reis do Portugal medieval, são muito anteriores à figura do monarca trabalhado por nós nesta pesquisa. Estas se inserem em um ciclo vicioso que advém com a primeira vitória portuguesa sobre os mouros na Batalha de Ourique em 1139. Afonso Henriques, conhecido pelos mouros como *El-Bortukali* ("O português") e *Ibn-Arrik* ("filho de Henrique") tornou-se o primeiro rei de Portugal e fundador da Dinastia Afonsina ou de Borgonha.

Após o reconhecimento da independência do reino português 1143 pelo Tratado de Zamora, o agora Afonso I continuou a conquista do atual território português e aumentou suas posses. Porém, onde está presente a aparência do sagrado e do discurso sobre este se os reis portugueses não eram ungidos como no resto da Europa? Foi criada em volta do primeiro rei e da Batalha de Ourique uma analogia relacionada com

---

* Discente do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Participante do Mnemosyne.

** Professora Doutora da Universidade Estadual do Maranhão (CECEN) e orientadora da pesquisa. Coordenadora do Mnemosyne (Laboratório de História Antiga e Medieval).

ISBN: 978-85-98711-10-2

milagres proféticos. De modo que, o caráter milagroso do conflito está presente sobre a aparição de Jesus Cristo ao rei cavaleiro, lhe garantindo assim a vitória sobre o inimigo mouro. Logo, a partir de tal construção, passa a exercer em Portugal, um grande movimento de atribuição de destinos salvacionistas aos monarcas.

Fato este que nos leva a percepção de no reino de Portugal durante a Idade Média, sempre esteve em voga uma idéia de que a preservação da história e dos grandes feitos seria essencial para a formação de uma memória oficial. Assim, surge o gênero cronístico, que com seu caráter híbrido – história e ficção – introduz em Portugal, toda uma tradição de crônicas. Ainda que a maioria destas fosse encomendada por monarcas, teriam além da intenção preservacionista, uma segunda intencionalidade: garantir a legitimidade para seus governantes, reis escolhidos por Deus e ungidos diretamente por este.

Porém, antes de qualquer maior análise devem ser conceituadas e discutidas muitas das expressões que irão ser utilizadas neste artigo. Segundo o sociólogo Henri Desroche[1] o messianismo pode ser entendido como a "crença religiosa na vinda de um redentor que porá fim à ordem atual das coisas, quer seja de maneira universal ou por meio de um grupo isolado, e que instaurará uma nova ordem feita de justiça e de felicidade". Em uma outra via, está o conceito de milenarismo,[2] discutido por Jean Delumeau[3] em seu livro **Mil anos de Felicidade**. Este se distingue do messianismo em dois aspectos: de um lado ele repousa sobre a crença no advento de um reino, entendido como uma espécie de atualização do mundo antes do primeiro pecado. E de outro: nota que o Salvador já se manifestou e que a espera se concentra no momento de seu retorno (DELUMEAU, 1997, p.18). Vale notar que é o um erro confundir ambos os conceitos, já que estes não são intercambiáveis. A espera de um messias pode ser latente mesmo

[1] Henri Desroche foi um sociólogo francês que trabalha com a temática de sociologia das religiões. Era também um padre dominicano e publicou diversas obras como *O Homem e as sua religiões, A Sociologia da Esperança e O Marxismo e as religiões.*

[2] A crença no milenarismo nasce do Apocalipse de São João e dos escritos presentes no Antigo Testamento.

[3] Jean Delumeau é um historiador também de origem francesa , historiador francês que possui um leque temporal de análise histórica muito grande, embarcando temáticas como estudos do cristianismo, Renascimento e entre outros. É autor de diversas obras como *História do Medo no Ocidente* (1978), *Mil anos de Felicidade* (2000), *A civilização do Renascimento* e entre outros.

ISBN: 978-85-98711-10-2

sem a determinação dessa espera e do seu reino. Naturalmente, ambos os autores franceses partem da premissa da cultura judaico-cristã para a expressão de suas análises.

Dessa forma, infere-se em especial a figura de um cronista, Fernão Lopes – também guarda-mor da Torre do Tombo -, que ao receber em 1434 do monarca D. Duarte a tença vitalícia de 14 000 réis, passa a exercer além da função de guarda-mor da Torre do Tombo, a de cronista oficial do reino. Sua função era esta: escrever a história de todos os reis de Portugal. Logo, são três as crônicas indiscutivelmente escritas por Fernão Lopes: **Crônica de El-Rei D. Pedro I, Crônica de el-rei D. Fernando e Crônica De El-Rei D. João I.**

Ademais, o estudo realizado pretende construir o percurso do rei a partir da análise das obras de Fernão Lopes e distinguir de que maneira o discurso legitimador e messiânico e as características de aplicação de poder régio no baixo Portugal Medieval. Ainda, é de nosso maior objetivo traçar as principais características e acontecimentos do período histórico da **Crônica De El-Rei D. João I.**

O PORTUGAL MEDIEVAL E O MONARCA D. JOÃO I

Diante de tais aspectos, o cronista de origem pobre e humilde, com base em estudos sobre sua vida e obra, fez-se valer de documentação presente à sua época, à que tanto tinha contato, para executar o trabalho a que havia sido designado. Assim, nesta pesquisa trabalhamos com um monarca que ainda não foi bastante explorado neste artigo. Este é D. João I, fundador da Dinastia de Avis e rei iniciador da expansão marítima portuguesa, em que esta representou antes de tudo a solução da crise pela qual o reino português passava.

Mas por que o estudo de tal figura histórica e literatura escrita em sua volta? Pelo fato que no caso joanino, podemos observar o discurso messiânico sendo utilizado como uma necessidade, mais forte do que nunca em toda história portuguesa. Uma latente busca por legitimação. Dom João era mestre da Ordem Militar de Avis e por isto, havia feito juramentos que o asseguravam à vida de cavaleiro e que o impediam do matrimônio. Ainda, era filho bastardo do monarca D. Pedro e não possuía o carisma de sangue de direito ao trono, somente aquilo explicitado pelo historiador português Luís

ISBN: 978-85-98711-10-2

de Sousa Rebelo[4] como carisma de poder[5]. Este, porém se apossa da coroa após a morte de seu irmão D. Fernando já que o antigo rei não possuía herdeiros. A crise, diante destes aspectos, não era somente econômica, mas ao mesmo tempo política.

Este contexto este de crises econômicas e políticas em que

> a ascensão de D. João I ao poder ocorreu num período marcado por guerras com Castela, que se iniciaram desde o governo de D. Fernando (1367-1383). Tais guerras não foram favoráveis ao reino português e tiveram como conseqüências diversos problemas sociais, tais como o aumento de impostos. Isso associado à falta de trabalho, fomes e demais efeitos do contexto da época levaram ao surgimento de movimentos populares durante seu reinado, conhecidos como uniões.[6] (ZIERER, 2005, p.1)

Claramente, tais problemas políticos, sociais e econômicos se estendem até o reinado de D. João I, monarca analisado. E é justamente na continuidade destes, em conflitos armados em diversas batalhas – Batalha de Atoleiros e cerco de Lisboa em 1384; Batalha de Aljubarrota em 1385 – e conseqüente a vitória nestas, ainda após o período de Interregno (Dezembro de 1383 a Abril de 1385) que o rei bastardo assume o trono.

De modo que, passa a ser construído em sua volta da figura de D. João I aquilo que é discutido pela historiadora Vânia Leite Fróes[7] por *"discurso do paço*", também presente durante toda a Dinastia de Avis. Tal discurso construído pela nova dinastia, para além da afirmação de sua legitimidade, objetivava promover o rei a um soberano

---

[4] Luís de Sousa Rebelo foi ensaísta, tradutor e crítico literário, exímio investigador da História de Portugal e temas da cultura e literatura portuguesa. É autor dos mais diversos títulos como **Camões e o Pensamento Filosófico do seu Tempo** (1966), **Shakespeare para o Nosso Tempo** (1979) e **Tradição Clássica na Literatura Portuguesa** (1982).

[5] "Paralelamente ao carisma de sangue, se encontra o problema do carisma do poder, que afecta o sentido da Ordem e da Hierarquia no imaginário social do homem medieval. E sempre que se dá o caso de o detentor desse carisma na linha sucessória o perder, põe-se o problema de identificar a personalidade que está destinada e que tem capacidade para o receber. [...] E notamos, que, no pensamento do círculo de Avis, a ideia do carisma do poder com os seus mecanismos transmissores está nitidamente ancorada na Teoria da Grande Cadeia do Ser, que justifica o sentido de toda a arquitetura social ao reivindicar para ela um modelo de ordem cósmica e de origem divina. Mas, em qualquer caso de legitimação electiva em que o carisma de sangue sofra carência, maior importância assume o carisma do poder, que poderá encontrar-se até em homens de humilde condição." (REBELO, 1983, p. 19-20)

[6] Tais revoltas ocorrem nas cidades de Abrantes, Leiria, Santarém e Montemor-o-velho. Eclodindo de 1372 a 1375 e também no ano de 1379, Tomar.

[7] Vânia Leite Fróes é professora da Universidade Federal Fluminense – UFF e possui pesquisas na área do Portugal Medieval e assim diversos estudos publicados.

ISBN: 978-85-98711-10-2

de fato e verdadeiro no reino português. E o rei como legitimo soberano seria capaz de reunir todos os segmentos sociais, justamente por sobrepujar-se a eles, formando uma unidade reconhecível por todos, que viria a constituir a nação portuguesa (FRÓES apud COSER, p.708-709).

Porém, na literatura, sendo aquilo que mais nos interessa, o "discurso do Paço" ocorreu como um

> movimento de expansão da produção, reprodução e organização de livros no século XV. [...] Os príncipes de Avis empenharam-se pessoalmente na produção desse discurso. D. João escreve o Livro da Montaria, manual que se dedicava a ensinar como reconhecer os rastros de animais (recorrendo inclusive a ilustrações), quais as melhores armas e vestimentas para a caça e quais as relações adequadas entre os grandes senhores que lideravam as caçadas e seus subalternos. (COSER, 2007, p. 709)

Entretanto, o que vale notar o que foi esquecido pela historiografia portuguesa - para além do caráter legitimador e da literatura técnica – foi exatamente a percepção da construção da imagem do rei como modelo a ser seguido. Os monarcas são apresentados como condutores à religião e a perfeição, tornando-se assim o maior exemplo para uma sociedade que buscava por representação.

A *CRÔNICA DE EL-REI D. JOÃO I, DA BOA MEMÓRIA:* PRESENÇAS E INFLUÊNCIAS

Dessa forma, como toda obra é um produto de seu tempo, é necessário contextualizá-la dentro de sua historicidade para que possa ser entendida em sua essência; já que o maior objetivo desta pesquisa é traçar as principais características e acontecimentos do período histórico da **Crônica de El-Rei D. João I, da Boa Memória**. Logo, nota-se que a crônica denota um momento crucial de sucessão monárquica dentro do reino de Portugal quando surgem duas facções antagônicas que disputavam a coroa e assim, a monarquia portuguesa.

De um lado, encontrava-se o rei de Castela, D. Juan I, que achava-se no direito de assumir o trono português – por razões de sucessão e por motivos que implicavam a soberania de Castela sobre Portugal em acordos de suserania e vassalagem. De outro

ISBN: 978-85-98711-10-2

lado, em outra configuração, encontrava-se, D. Leonor, que havia se tornado regente do reino após a morte do seu marido, D. Fernando. Este último monarca teve um reinado marcado por dissidências, crises e conflitos armados contra Castela.

Todavia, existia uma terceira figura não esperada, que reclamou também para si a coroa do reino de Portugal. Este era D. João I, Mestre da Ordem de Avis – irmão bastardo de D. Fernando – que se colocando entre estes dois grupos, lutou pelo poder e tornou-se regedor de Portugal em 1383 e posteriormente rei, inaugurando assim uma nova dinastia, a Dinastia de Avis.

Nascida esta, era necessário que se criasse elementos legitimadores que garantissem a perpetuação do poder nas mãos do primeiro monarca de Avis e seus herdeiros. É escrita por Fernão Lopes a **Crônica de El-Rei D. João I, da Boa Memória** escrita que em nenhum momento denota a nascência bastarda de seu personagem principal. D. João I é sempre retratado como "filho de rei" e homem de boa venturança e honra, rei ideal e escolhido para governar Portugal

Dessa forma, vale ressaltar que para a afirmação de D. João como regedor e sua posterior aceitação como rei, foram de fundamental importância suas vitórias em conflitos bélicos, como na Batalha de Atoleiros, o cerco de Lisboa, estes em 1384 e em um segundo momento, a Batalha de Aljubarrota em 1385, onde as forças castelhanas são derrotadas de forma definitiva. Com efeito, é a partir de tais analogias com batalhas e vitórias que Fernão Lopes constrói a idéia de que D. João era o governante escolhido por Deus para tirar Portugal da "escuridão" em que se encontrava. Salvar Portugal do domínio castelhano não estava somente posto com intuitos inteiramente políticos, territoriais e econômicos, mas também, antes de tudo, salvar o povo português do sofrimento.

De modo que, estas construções são advindas do próprio momento de produção da crônica. Nesta temporalidade, estava latente em toda a Europa os temores causados pelo Grande Cisma (1378 – 1417). Este representou uma crise que ocorreu na Igreja Católica e instantaneamente deu ao homem medieval a noção de que o Apocalipse estava próximo. A noção da existência de dois papas, um em Roma (Itália) e outro em Avignon (França), ambos reclamando para si o poder do Papado, fez com que os reinos europeus se dividissem entre as políticas religiosas de cada uma das regiões citadas.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Assim, Fernão Lopes, apropriando-se de tal temporalidade, cria a noção de que D. João de Avis, exemplo de rei justo e bom cristão – o **Messias de Lisboa** – estaria do lado do verdadeiro papa, o residente em Roma. Conseguintemente, D. João de Castela, caracterizado como o **Anticristo**, era apoiado pelas forças do Antipapa, proveniente de Avignon.

Segue um fragmento da crônica que se trata sobre a ascensão de D. João I:

> Na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes [...] Em que pôs este senhor, sendo Mestre, e depois que foi rei. E assim **como o Filho de Deus chamou os seus apóstolos** dizendo que os faria pescadores dos homens. De modo que esta idade que dizemos se começou nos feitos do Mestre, pela qual é compilada esta crônica, faz agora sessenta anos que dura. **E durará até o fim dos séculos, ou quanto tempo quiser Deus, que as criou todas**. (Crônica de D. João I, V. 1. p.259)[8]

De maneira em que nota-se a clara associação do monarca com a figura de Jesus e dos homens e companheiros aos próprios apóstolos, onde está latente o ideal messiânico e escatológico. Ainda, nota-se o período de permanência do reino que seria sagrado e estaria antes de tudo sobre a vontade divina de Deus. "Assim, a apresentação dos sinais providenciais – sonhos, milagres, profecias e outros prodígios, que constituem também pontos de articulação na estrutura da trilogia – visa a demonstrar o assenso divino a uma nova concepção de poder", estabelecida pela nova dinastia. (REBELO, 1983, p.57)

Ainda, é importante notar que a época desta grande crise na Cristandade, acaba fazendo com que as ideias do abade calabrês, Joaquim de Fiore (1132-1202), se expandissem com maior rapidez e acepção. A principal obra do abade - *De unitate trinitatis* - foi lançar uma teoria sobre três idades em que se dividiriam o curso da história da Cristandade: a Idade do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo. A última delas seria a Idade dos Monges, onde aconteceria a reunificação da Igreja, depois de um longe período de tribulações. (FABEL, 1976, p.72)

Nota-se que nesta última idade, as pessoas abraçariam a pobreza de cristo e por consequência, se corrigiriam as imperfeições subsistentes e se consumaria a plenitude da mensagem evangélica. Diante de tais aspectos, o discurso que foi feito por Fernão

[8] Os fragmentos sublinhados e em negrito foram selecionados por nós.

ISBN: 978-85-98711-10-2

Lopes, para criar a legitimação da Dinastia de Avis e consequente consolidação da figura de D. João I como a do "*Messias de Lisboa"*, vale-se inteiramente da associação e reinterpretação das ideias de Joaquim de Fiore. O Mestre de Avis surge na crônica como o fundador da Idade do Espírito Santo, como uma espécie de *Imperador dos Últimos Dias*[9], combatedor do Anticristo e libertador carismático do reino português.

Entretanto, vale ainda ressaltar que não foi somente de Joaquim de Fiore que Fernão Lopes apropria ideias e as adapta. Têm-se ainda o caso de Beda, o Venerável (672-753), monge anglo-saxão que elaborou uma teoria que lhe permitira enquadrar todo o movimento histórico-religioso dentro do plano da providência sagrada. Beda dividiu a história em sete idades cristãs. A última delas para Fernão Lopes está claramente associada à chegada do Mestre de Avis.

Ainda, Fernão Lopes observa que esta pode ser considerada como um período de quietude e repouso, consumação da obra e da criação. Igualmente, vale notar que a *Teoria das Sete Idades* composta por Beda, está inteiramente associada às profecias presentes no *Apocalipse de São João*, onde apresenta-se de maneira essencial, o advir de uma Nova Era e o retorno de Jesus Cristo.

A dicotomia Anticristo *versus* Messias presente na crônica pode ser até mesmo relacionada com as interpretações do *Apocalipse de São João*. Segundo Jean Delumeau,

> o milênio deve intercalar-se entre o tempo da história e a descida da "Jerusalém celeste". Dois períodos de provocação irão enquadrá-lo. O primeiro verá o reino do Anticristo e as tribulações dos fiéis de Jesus que, com este, triunfarão das forças do mal e estabelecerão o reino de paz e de felicidade. O segundo, mais breve, verá uma nova liberação das forças demoníacas que serão vencidas num último combate (DELUMEAU, 1997, p. 19).

Neste fragmento encontra-se presente ainda a interpretação feita por Fernão Lopes acerca dos enfrentamentos bélicos que circunscreveram a ascensão de D. João I ao trono. Como primeiro momento, pode ser observado a *Batalha de Atoleiros* seguida do cerco de Lisboa em que as tribulações passadas pela população, de acordo com o que

---

[9] Um tipo de rei que deu origem ao messianismo régio é o chamado Rei ou Imperador dos Últimos Dias, uma espécie de rei messiânico que estabelece um período de felicidade na Terra antes do Juízo Final e que combate ao Anticristo. No período medieval ele foi associado a dentre outros, ao rei Artur, Carlos Magno, Frederico Barba Ruiva e a Frederico II. (ZIERER, 2005, p. 362)

ISBN: 978-85-98711-10-2

é descrito na crônica como diversos tipos de privações e provações. Em um segundo momento e vitória definitiva das forças do *Messias de Lisboa* para com as do *Anticristo* está representada na *Batalha de Aljubarrota* (1385), que parece ser a confirmação divina da aprovação de Deus as ações de D. João I, coroado no mesmo ano nas Cortes de Coimbra como novo rei.

Sobre as tribulações sofridas durante o Cerco de Lisboa, Fernão Lopes caracteriza o sofrimento das crianças. Estes,

> andavam os mocinhos de três e de quatro anos, **pedindo pão pela cidade** pelo amor de Deus, como lhes ensinavam suas mães; e muitos não tinham outra cousa que lhe dar senão lagrimas, que com eles choravam que era triste cousa de ver. E se lhes davam um pão do tamanho de uma nós, haviam-no por grande bem. **Desfalecia o leite àquelas que tinham crianças a seus peitos, por míngua de mantimento**; e, vendo sofrer seus filhos, a que não podiam socorrer, choravam amiúde sobre eles a morte antes que a morte os privasse da vida (Crónica de D. João I, v. I, p. 234).

Decerto, Fernão Lopes construiu assim, uma analogia poderosíssima no imaginário medieval português. Evidentemente, a *Crônica de El-Rei D. João I* representa antes de tudo, o imbricamento entre o político e o maravilhoso medieval, fator extremamente necessário para a legitimação da nova dinastia. Vale ainda notar que muitas foram as demais alegorias utilizadas por Fernão Lopes ao construir sua narrativa. Estas representariam sinais de que Portugal estaria destinado à vitória contra Castela e conseqüentemente, do Anticristo.

Pode ser notado o caso da *Batalha de Atoleiros* e do *cerco de Lisboa*, onde os inimigos não são derrotados somente por conta das armas, mas por uma peste enviada por Deus em nome da defesa do reino de Português. Ainda na sequência dos milagres, segundo Lopes, os habitantes também viram luzes acesas nas pontas das lanças portuguesas por cerca de uma hora e ainda, a queda de uma "chuva de cera" sobre o exército castelhano.

Por fim, para legitimar a figura do Mestre de Avis, foi necessária a associação de sua figura com as camadas populares. D. João I havia se tornado o pai da *"arraia-miúda"*, grande defensor da cidade de Lisboa, que se encontrava viúva e clamava por um novo representante. Associado à sua figura estava ainda, a nobreza secundogênita,

ISBN: 978-85-98711-10-2

com seu maior representante em Nuno Álvares Pereira, figura de uma nobreza ideal, cuja ligação primordial seria com o reino e com o monarca. Em oposição estava a nobreza tradicional, acusada de apoiar o reino de Castela na invasão a Portugal.

Vale ressaltar que o verdadeiro trabalho elaborado por Fernão Lopes, foi ter criado uma espécie de *Evangelho Português*, fortalecendo assim o epíteto do *"Rei da Boa Memória"*. Tal fato somente demonstra a enorme importância que seu trabalho toma quando a intenção é a análise do imaginário medieval, onde as expectativas messiânicas conjuntamente com a longa duração, construíram toda uma maneira de pensar de agir na monarquia portuguesa e até mesmo para a sua população.

Deste modo, a principal questão presente na obra de Fernão Lopes é essa busca de uma identidade portuguesa que tem no rei o seu centro e que acaba por estar presente em toda a narrativa do cronista. Por fim, vale ressaltar que o governo de D. João I foi marcado pelo aumento de impostos, guerras prolongadas contra Castela e várias reclamações dos pequenos contra os abusos dos grandes. A tão conhecida *"Revolução de Avis"*, termo pelo qual é conhecido o período histórico em questão, na realidade não representou a era tão prometida aos *verdadeiros portugueses* nas analogias da Sétima Idade e da Idade do Espírito Santo, ficou relegada, na prática, somente no plano do imaginário, motor de alegorias messiânicas e escatológicas poderosas.

À guisa de conclusão, o questionamento: por que estudar Idade Média em um país que não pertence a tal espaçamento histórico, o Brasil? A resposta está em estudar tal temporalidade na tentativa de entender suas estruturas - sejam elas políticas, sociais, religiosas, econômicas ou imaginárias. Tal fato representa antes de tudo uma maneira de compreender a experiência humana em um mundo mergulhado na pós-modernidade. A História antes de tudo é globalizada, pertence a tudo e a todos. Estudar o Portugal medievo significa antes de tudo, entender os processos e estruturas que teriam levado à expansão marítima e à colonização, que acabaram por deixar marcas e heranças em terras brasileiras.

Porém, onde se encaixam os aprofundamentos e pesquisas sobre temas como os discursos propagados pela monarquia? Manifestações de legitimação advindas daqueles que se encontram em altas camadas hierárquicas sempre foram presentes na história, entretanto os que os difere são as suas bases e suas formas de aplicação. No

ISBN: 978-85-98711-10-2

caso da fonte estudada,n a *Crônica de D. João I,* (Primeira e Segunda Parte) podemos observar um monarca que ao não possuir o chamado "carisma de sangue" para assumir o trono português é envolvido em uma imagem que obviamente procede do pensamento da época. Assim, D. João I, apesar de ser bastardo é aclamado rei nas Cortes de Coimbra e funda uma nova disnastia em Portugal, a dinastia de Avis.

Deste modo, como foi apontado, por fragilidades advindas de sua origem e por problemas enfrentados pelo reino português, vê-se o Mestre de Avis ser transformado no *"Messias de Lisboa"*, salvador carismático do reino português e possuidor de analogias com Cristo. Ainda, este lutava contra o *"Anticristo"* e falso rei, segundo Fernão Lopes, D. Juan de Castela, que liderou diversas investidas militares contra Portugal, com clara intenções de anexar o reino às terras castelhanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE PRIMÁRIA

SARAIVA, António José. **As Crónicas de Fernão Lopes: Seleccionadas e transpostas em português moderno**. Lisboa: Gradiva, 1997.

ESTUDOS

COSER, Miriam. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português. **Especiaria** (UESC), v. 10, p. 703-727, 2007.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: Uma história do Paraíso.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos.** São Bernardo Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

FALBEL, Nachman**. Heresias medievais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

ZIERER, Adriana. Conflitos Bélicos com Castela na Legitimação Simbólica do Mexias de Lisboa. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. v. 1. p. 1-8.

ISBN: 978-85-98711-10-2

ZIERER, A. M. S. . O Rei no Imaginário Medieval (Séculos XI-XVI). In: Terezinha Oliveira; Angelita Marques Visalli. (Org.). **Cultura e Educação: Ética e Ação Política na Antigüidade e Idade Média**. 1 ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007, v. 1, p. 357-371.